

MITOS, EQUÍVOCOS E DESAFIOS DO PLANEJAMENTO TURISTICO

International Journal of Safety and Security in Tourism & Hospitality, Vol. 1 (2): 33-74, 2012.

Eduardo Yázigi

Universidade de San Pablo, Brazil.

edyaz@usp.br

Abstract

This article explores myths, mistakes and challenges we can often find on academic thesis – almost twenty misunderstood that may subvert real good planning strategies concerning public politics. Very often, new democracies believe that social inclusion can be realized just assembling communities goals without attempt to personal qualifications, *verbi gratia*, as we can see forward treating community tourism. The problem consists that fast social inclusion is not possible because, at least in the case of tourism, it claims for some sophisticated skills, and especially professional organizations. Each myth, mistake or challenge has a particular approach to be thought. After these explanations, a panoramic view over violence and safety.

Key Words: Development, Planning, Safety, Tourism.

Resumen

Este trabajo explora los mitos, errores y desafíos más representativos em las tesis acadêmicas tendientes a mejorar el planeamiento público. Muchas veces, las democracias nuevas consideran que la inclusión social puede ser efectiva por agregación, *verbi gratia*, adoptando al turismo como una actividad reguladora. El problema subyace en que la inclusión social no solo no es posible debido al grado de profesionalización que requiere, sino que además despierta formas violentas de segregación en donde la seguridad de los turistas y los residentes es puesta a prueba.

Palabras Calves: Desarrollo, Planificación, Seguridad, Turismo.

INTRODUÇÃO

Aqui, uma súmula dos mitos e equívocos que impedem melhor entendimento, e por conseguinte, melhores definições de políticas para este importante setor de desenvolvimento que é o turismo. No final, uma conclusão inevitável: a de se promover substanciais melhorias das condições

socioeconômicas e de moralização jurídica. Ou seja, atitudes que eliminem radicalmente a hipocrisia do aparato legal que tem demonstrado fraquezas incompatíveis com a ideia de democracia sempre evocada.

Por que as escolas de turismo fecham e municípios candidatos ao turismo entram em falência múltipla?

Penso que a expressão *oba boa* tenha sido inventada e cultivada no Brasil: desconheço similares em outras línguas. Sim, estou falando do tradicional dístico que domina a cultura brasileira. A Finlândia é o país onde se encontra o melhor nível de educação? No imediato sai uma procissão de profissionais para lá! A Coreia melhorou seus níveis educacionais em tempo recorde? Vai outra ala para lá! O prefeito de Nova York reduziu a violência à tolerância zero? Forma-se um bando pra lá! O de Bogotá quase que também? O resto do bando corre para lá! Adoramos o *dernier cri* de teóricos estrangeiros, e assim certificamos nossa incompetência porque não logramos sequer copiar, e muito menos criar soluções adequadas à nossa realidade.

Com o turismo não foi diferente. Pelo final da década de 1980, a Revista *Veja* publicou, em matéria de capa, reportagem na qual se garantia que bons gerentes de hotéis ganhavam em torno de 4000 dólares mensais, quantia bastante respeitável para a época. Tanto quanto me lembre, foi na seqüência deste fato que começaram a se proliferar escolas de turismo, isto é, onde afora algumas amenidades de história e geografia, ensinava-se gastronomia, beberagens, hospedagem, eventos, *marketing*, e um pouco (não muito) de geografia, história, patrimônio... Em duas palavras: acreditava-se unicamente, como até hoje, na autossuficiência do turismo operacional. Como se cama, mesa e alguma diversão bastassem; como se qualquer lugar seria sucesso seguindo esses modelos simplificados.

Deixava-se de lado a vastidão de inconsoláveis alqueires ao deus-dará: a infraestrutura total; a qualidade ambiental urbana; os serviços urbanos comuns; a qualificação profissional de dezenas de especialidades de planejamento urbano e regional, sem os quais não há turismo que vingue. Ninguém nesse país parece ter consciência que *a organização do território leva no mínimo décadas, senão séculos, milênios*: um processo que acompanha o processo social. Os leitores acreditam que França, Itália, Espanha, Estados Unidos estariam batendo recordes de turismo se não tivessem herdado e mantido construções seculares, além de inventar outras novas?

Já no começo da proliferação de escolas que apostavam no oba boa, alertei-me com sua progressão, por uma vez na vida profetizando que a maioria delas iria fechar. Fácil de entender: tinha gente demais se preparando para comer um bolo que não parecia ser tão grande e acabado; as prefeituras, muito afeitas ao espírito paroquial, entendiam e continuam entendendo que para ter se turismo basta *chá e simpatia*. Além disso, esses panos de prato e doces caseiros vendidos em todos os lugares em que existam devotadas mães de mão cheia. Quando o lugar é um pouco maior e comportar alguma feira ou festival, inventa-se um evento com o nível qualitativo capaz de existir num desses quase seis mil municípios. Isto é maciçamente resolvido com a principal isca para brasileiros: festivais de gastronomia. Em qual município do Brasil a pasta de turismo interage com aquelas responsáveis pela organização territorial e tudo o que isso comporta? *Qual município dispõe de profissionais engajados com a procura de ambiências urbanas e rurais que enalteçam o cotidiano de residentes e turistas?*

Como esses vícios são inconsequentes, e só por causa disso, resolvi compilar algumas queixas acadêmicas.

EQUÍVOCOS

1 – “Turismo é ciência”

Turismo não pode ser ciência porque *não logra sequer ser categoria de análise*. Como a definição de ciência constitui matéria complexa, tributária da metodologia de cada área (exatas, experimentais, humanas, biológicas etc.) esta peculiaridade nos sugere entender o fenômeno turístico apoiado em conhecimentos *cientificamente abordados por disciplinas auxiliares* consagradas: geografia, sociologia, estatística, economia, psicologia etc. O mundo é uma totalidade unicamente passível de ser dominada por aproximações analíticas de seu todo, mas seguidas de sínteses. Será preciso que a parte considerada tenha certo grau de autonomia, contornos reconhecíveis que possam ser entendidos em seus subsistemas. Se a análise resultar excepcional ela terá inclusive firmado os principais pontos de ligação da parte com seu todo. Quanto mais explicáveis forem os subsistemas analisados, mais substancial será a teorização do fenômeno que por ora, no caso do turismo, só pode acontecer na cabeça dos engajados com essa temática. Ou seja, para se lograr síntese é preciso que as análises comportem a montagem de um modelo acadêmico com suas variadas articulações com a totalidade, só possível de modo reduzido, mas o suficiente para entender seu universo. Em outras palavras, em ciência é preciso que surja uma teoria,

entendida como explicação muito bem articulada da complexidade do objeto tratado. Mas como o turismo não é uma categoria de análise, até hoje pelo menos, ninguém chegou uma síntese de seu fenômeno por inteiro.

Sucedem que contemplando todas as situações de turismo, logo nos damos conta da inviabilidade de identificarmos contornos do fenômeno razoavelmente nítidos, passíveis de interpretação unificada: *sua fragmentação ontológica é espantosa*. Que outro fenômeno do mundo possui tanta variedade assim? Exemplifiquemos com uma necessidade que mais cedo ou mais tarde todos têm dificuldade de abordar - apenas perguntas banais. Quanto, precisamente, o turismo rendeu na última temporada? Como fazemos para medir isso? Podemos contabilizar quantos televisores foram produzidos e vendidos no país, mas como identificar o número de turistas que se ligaram em suas programações? E na compra de jornais ou remédios? Quantos empregos indiretos o turismo criou? O que é autêntico numa representação popular? Veja-se por aí, quantas disciplinas devem contribuir para responder essas indagações elementares.

Qual o universo completo (se não for completo, deixa reticências quanto a sua cientificidade) de bens e serviços que o turista consome no lugar de sua visita, e como haveremos de contabilizar todas as suas compras? Conforme suas necessidades, o visitante comprará água mineral e/ou preservativos no supermercado; xampus e/ou bronzeadores na farmácia; livros, panela de pressão, bermudas; materiais de construção; consertará o salto do sapato que quebrou na calçada esburacada; pagará despesas de correio, do dente que doeu; taxas para atendimentos sexuais (sejamos realistas); contas de hotel, motel, bordel, restaurantes, museus, ônibus, metrô, taxi, engraxates, lavanderias, esmolas... Não existe ciência sem objeto. Quais são os objetos de consumo do turismo? Podemos juntar barman, travestis, caméras, *fashion weeks*, óperas, engraxates, prostitutas, simpósios de cardiologia, monumentos artísticos, paradas *gays* etc. numa panela científica? Em suma, em uso e consumo, o turista terá muitos itens similares aos do residente. Como então separar o que é do turista e o que não é, senão por análise do tipo *pente fino* em cada subsistema? Qual cientista que afirma o turismo ser ciência está fazendo a síntese desse mundo tão variado? No que toca a percepção da cidade e da natureza, sabemos *a priori* que não existe correspondência universal entre significante e significado: isso é de um relativismo fora de discussão, e, no entanto as “análises” feitas nesse campo fazem afirmações que parecem destinadas à universalidade... Em vista dos exemplos banais aqui citados, nos damos conta de que não compete unicamente aos formados em turismo processar análises análises específicas, mas a múltiplas

formações acadêmicas. Tem de se contar com outras áreas do conhecimento - economia, ecologia, psicologia, infraestrutura, semiótica, arquitetura, urbanismo, ética etc. – ou seja, assuntos demais para caberem sob o simplismo do rótulo “turismologia”. Ainda não existe metodologia que reúna todas essas perspectivas analíticas de forma a culminar com uma síntese na exclusiva ótica do turismo.

Não obstante, em que pesem os desafios, *as abordagens sobre o turismo não podem abrir mão da necessidade de rigor científico*: entender a rigorosa dinâmica das partes consideradas; servir-se de verificações objetivas (onde a amostra dita qualitativa não permite compreensão consistente); compreender o todo do movimento turístico etc. Na falta desses cuidados, teremos produzidos visões deformadas que não nos aproximam do entendimento global. Não existe uma ciência chamada turismo, mas um conjunto de enfoques científicos que o explicam. A ingenuidade de “questionários qualitativos” só serve para subverter o rigor científico. O grande perigo de se confiar demais em entrevistas subjetivas recai no já explorado Relativismo Cultural, particularmente agudo nos países mais pobres (Bricmont & Sokal). Com outras palavras, se o entendimento do mundo se reduz unicamente à expressão do que o entrevistado *acha*, então as ciências perdem sua objetividade, levando a um perigo pior ainda: se a realidade deve ser aquilo que o “eu” deseja, então todos os holocaustos e outros absurdos podem ser legitimados. A mentalidade 0800 vai na mesma linha: no final da apuração vence A ou B, quando numa verdadeira democracia talvez não fosse nem A nem B, mas C! Essa prática vulgarizada e restrita de entrevistas não me espanta, quando se encara o vergonhoso *ranking* da educação no Brasil.

Tenhamos claro: a necessidade de rigor científico por si só não define uma ciência, mas é uma exigência para que qualquer disciplina tenha credibilidade.

2 – “É preciso ministrar educação turística à comunidade e aos visitantes.”

A Educação Turística, da forma como é conduzida, está muito longe de possuir o poder que dela se espera. Ela só pode ser *um dos ramos da Educação* e isso muda tudo. Na mesma ordem de idéias, devemos então reconhecer seus graus de especialização: básica, profissionalizante, superior etc. Não se aprende uma língua estrangeira sem antes saber ler e escrever no idioma pátrio, sem conhecer gramática, sintaxe, estilo e outros requisitos anteriores. O reconhecimento de que trabalhar com turismo requer um saber aprimorado *exige educações anteriores para poder alcançar as específicas*, variáveis conforme o serviço prestado: desde o nível comportamental do atendente à

história, geografia, artes, arquitetura, ecologia, religiões etc. Entenda-se que um cidadão desejoso de ser guia de parques ou museus não pode permanecer no reducionismo de lições decoradas: *deve estar apto a responder bom número de questões correlatas ao objeto da visita turística. Ou então não temos moral para reivindicar turismo cultural.* E, mais, *trata-se de um aprendizado contínuo* que não se domina na ‘preparação’ remediada de algumas semanas antes da temporada, com a agravante de ser considerada “suficiente para o resto da vida”. A Educação Turística é uma especialização; não é *bico*, mas um exercício contrário às incontáveis falhas que se verificam em todos os campos, desde a hotelaria (Yázigi, 2001), até a sofisticação de quem explica o processo de fabricação de um conhaque ou do cristal. Filantropia com os moradores se faz em Igrejas e outras instituições, e não levando o munícipe a crer que vai se tornar perito com cursinhos de duas ou três semanas.

Em que valham saberes diversificados, restam outras qualificações fundamentais à lide do turismo: conhecimento fluente de línguas, ética, bons modos, boa apresentação e dicção, pontualidade, etc. São preceitos que, se não forem construídos de longe no tempo, haverão de requerer lições adicionais à ‘educação turística’.

As localidades receptoras amiúde se queixam da falta de educação de grande número de turistas. Mas decididamente *querer educar o turista é outro grande mito.* Em primeiro lugar, porque turistas não viajam para fazer cursinhos de bom comportamento, nem tem tempo para isso e provavelmente nem queiram. Se o turista chega sem educação, *quem tem de ser educado é o cidadão no cotidiano e não o cidadão num momento turístico!* Além disso, o residente que se queixa do turista, se torna ele mesmo turista em outro momento: *ninguém é turista: estamos turistas.* Um círculo vicioso! Quer dizer, se não conseguimos educar cidadãos em família, nas escolas, e em massa, não será na utopia delirante de um ou mais dias de visita. Aliás, essa tal de educação do turista não teria a menor chance de concorrer com o tempo pretendido e pago para seu lazer.

Em poucas palavras *a educação do turista vem do berço e das escolas:* enquanto os japoneses são reconhecidos em todas as partes como respeitadores do anfitrião (e ironizados pelos brasucas), nossos cidadãos têm recebido represálias do mundo inteiro porque freqüentemente *somos malcriados, grossos, chegados à algazarra* que importuna os demais; somos debochadores das normas receptivas, furando filas, sujando os ambientes. Em Disneyworld se chegou a obrigar todas as crianças brasileiras a assistir um filme de advertência sobre como usar o parque. No Japão,

supermercados anunciam por alto falantes para que os nacionais fiquem atentos à ‘chegada de brasileiros’. O Ministro Paulo Vannuchi dos Direitos Humanos declarou publicamente na Cinemateca de São Paulo (2010) que apesar de a Argentina ter grande simpatia por brasileiros, os argentinos já reprovam nossos compatriotas por questões comportamentais. Muitos hotéis europeus não aceitam mais hospedar brasileiros que chegam em grupos de excursão. Em 2011, o Japão conheceu um dos piores terremotos de sua história, seguido de tsunamis e vazamento radiação atômica. Os escombros pareciam produto de bombardeios em série, mais de vinte mil pessoas morreram. E, no entanto, *não aconteceu um único saque em cadáveres, casas caídas, supermercados...* Os leitores já terão refletido como no Brasil o saque é sistemático nessas condições trágicas? Terão notado que são supostamente pobres os saqueados mortos e assim se prejudica duas vezes as famílias das vítimas que só podiam ser pobres pelo lugar em que moravam?

No entanto os locais receptores de turistas não devem aceitar passivamente os desconfortos decorrentes do mau comportamento de turistas. Para isso existem normas: *por enquanto, elas, e apenas elas, ajudam a regular o aceitável e o intolerável*. Ou existe ainda algum cidadão brasileiro que acredita ser possível restringir o fumo em ambientes fechados só com educação, sem uma lei por trás?

Sim, carecemos tremendamente educar moradores e visitantes, mas não onde, nem como se propaga! Num primeiro degrau, *precisamos apenas do verbo educar*, sem o complemento *para o turismo* – isso vem depois! Estarão as famílias educando seus filhos para respeitar os outros ou apenas para serem respeitados?

E por qual razão educar a pessoa somente quando ela *está* turista? Por acaso a massa de cidadãos urbanos de todas as cidades do país já está educada para simplesmente nelas viver? A contra argumentação de que *já existe* forte campanha de “n” municípios pela limpeza pública, cheia de boas intenções, não é propriamente um mito, e sim mais uma *mentira deslavada*. Qualquer pessoa mais idosa sabe que *tais campanhas existem há quase um século!* Aliás, apesar das campanhas atuais nesse sentido a consciência de limpeza pública do cidadão piorou violentamente. E por qual razão não se faz como em vários países da Europa? Na Espanha atual, por exemplo, jogar qualquer lixo nas vias expressas – *equivale a uma multa de trezentos euros e perda de sete pontos numa carteira de motorista* - que é formalmente perdida com menos infrações que no Brasil. Não existe educação eficaz sem penalidades institucionais. *Quem não tem dinheiro pode contribuir com algum trabalho de interesse social*. Mas como tais medidas assustam a cultura do pocotó com a

qual estamos pactuando demais, e se é procedente a opinião popular de que nossas cidades são imundas, só nos resta chafurdar nas pocilgas existentes. Mas não sem denunciar a hipocrisia de pseudo saneamento de governos incapazes de instaurar a civilidade desesperada, sem a qual não pode existir civilização de fato.

3 – “O turismo destrói a Ecologia”

Inicialmente, uma ignorância científica: Ecologia é uma disciplina, e como tal não pode ser destruída. Concordar com esse pensamento equivale dizer que podemos destruir a Matemática, a História, a Geometria... *Ademais, Ecologia não é boa nem ruim.* Sua essência define as relações homem-meio sob os exigentes preceitos da sustentabilidade. *O que verdadeiramente importa na preservação da natureza é o gerenciamento dos ciclos energéticos,* como tão bem alertam os manuais elementares de ecologia, como os de Eugenio Odum.

De fato, as ameaças ambientais sobre o planeta Terra vão além do reducionismo limitado ao verde. Todas as comunidades vivas retiram do meio alimentos, matérias primas e energia que são devolvidos ao mesmo sob forma de dejetos e calor, mas, a tal ponto, que pela primeira vez na história da humanidade pairam sombrias ameaças sobre todos habitantes. Enquanto que os animais retiram o suficiente para viver e devolvem ao meio, unicamente, dejetos recicláveis, a sociedade industrial sobrecarrega o *habitat* até milhares de vezes mais, sem falar dos valores incalculáveis dos restos de energia atômica. Afora o gerenciamento dos ciclos energéticos, para que se logre um mínimo de equilíbrio vital, impõe-se reduzir os modos de produção, os padrões de consumo, e a natalidade. A Terra é finita, mas quem está instruindo o as pessoas a terem menos filhos nas aulas de Ecologia? E quem está diminuindo o consumo inútil, ou quantos praticam agricultura orgânica na escala do necessário?

De acordo com os pressupostos colocados, *as práticas em favor da biosfera implicam “apenas” em modificar o modelo de desenvolvimento econômico,* não só de um país, mas do mundo inteiro, porque mesmo que sejamos anjos bons, os vizinhos podem não ser e nos comprometer. O planejamento familiar é imperativo: a Terra simplesmente não agüenta os atuais padrões de consumo dos países mais ricos extensivo a sete bilhões de habitantes. Desde que os mais desenvolvidos exauriram a biosfera, pergunta-se em que termos éticos os emergentes devem conduzir o desenvolvimento para que não aumentem as diferenças entre Norte e Sul? Qual regime do mundo está prega política de redução do padrão de consumo? O resto é bla bla bla. Nesse

contexto, é puro equívoco responsabilizar unicamente os empreendimentos turísticos pelos danos causados à natureza. Os que ainda não têm acesso querem mais vãos e trens de alta velocidade, para citar apenas alguns exemplos do que deve ser limitado, pelo menos com uso da atual tecnologia.

Felizmente que a Ecologia é indestrutível e aí temos de aprender que a última palavra pertence à natureza.

4 – “Turismo é bem supérfluo de ricos, inoportuno à democratização do país”

O problema de se repetir e assumir alguns *slogans* é que eles acabam por desacreditar seus agenciadores, que mesmo sendo de esquerda, nem sempre demonstram a preocupação de levar as grandezas da civilização à dimensão popular. O principal sujeito desse pensamento vem de alguns segmentos de ciências sociais da universidade pública, que não só despriorizam disciplinas de turismo em suas grades, como ainda ironizam seu desenvolvimento. Atitudes declaradamente contraditórias porque, malgrado o insofismável apoio estímulo do Executivo Nacional - apoiado pelas esquerdas nas três últimas eleições até 2010 -, na seqüência negam as diretrizes dadas por aqueles que lutaram para se eleger!

Ora se a condição operária, explorada e pobre, constitui a bandeira internacional pela melhoria da condição cidadã, *trata-se precisamente de democratizar todos os privilégios da civilização* que existem ou a serem construídos, ao invés de negar seu acesso aos privilégios por meio do turismo. *Por falta de engajamento ascensional, o discurso acaba se negando*, fato de que uma forma ou outra pesa negativamente no desenvolvimento do turismo popular e na própria ideologia de esquerda. Mas como o mercado vive de lucros, não tardou em descobrir que este filão representa excelentes dividendos pela quantidade de indivíduos interessados.

Assim, alguns pensamentos que se repetiam há cerca de quarenta anos caíram por terra como folhas de outono: o automóvel era colocado como sonho impossível até mesmo para a classe média alta; o telefone fixo só seria possível para o que tivesse ótimas relações com “alguém” da Cia. Telefônica; o celular, há pouco tempo próprio de algum James Bond, agora é mais popular do que caneta Bic; viajar de avião ficou muito mais barato do que de ônibus, especialmente em grandes distâncias continentais; os cruzeiros marítimos antes privilégio do *glamour* europeu e norte americano estão ao alcance de quase todos os assalariados – a menos que continuem a preferir um aparelho de TV. O que me dizem os incrédulos do turismo extensivo ao popular, acerca desses

cruzeiros em transatlânticos de luxo, cuja viagem pode ser paga com dois salários mínimos em dez parcelas? E o que dizer então da popularização do computador até em favelas?

O inadmissível que se vê em alguns traços supostamente de esquerda é a insensibilidade de entender que *o proletário tem régio direito de usufruir de todos os bens da civilização, do monumental, do artístico e de qualquer bem que se coloca nos altos cumes. Sem isso ele não consegue fazer crítica ao seu próprio periferismo e chega a se alienar*, conforme bem elucida Edward Palmer Thompson, em sua “*Formação da Classe Operária Inglesa*”. Daí o turismo social em plena expansão. *O SESC sozinho fez muito mais pelo lazer e turismo social do que todos os partidos de esquerda juntos desde que existem! Esse SESC que ainda por cima é composto de membros do comércio e não de acadêmicos*. Perguntem ao mais pobre operário se isso não convém aos seus árduos dias!

Se problemas surgem com a inclusão maciça de cidadãos no sistema turístico (como em todos os bens produzidos) o que deve ser enfrentado é o super consumo, a corrida louca sem fim, o abuso contra os limites da biosfera. Aí sim entramos num problema ético, de ricos e pobres. È nesse momento que a democracia terá de mostrar sua cara na hora da partilha dos bens produzidos.

5 –“O turismo mercantiliza a cultura”.

Será que o sujeito desta frase está correto? Este é mais um preconceito sobre o qual é preciso refletir de modo adulto. Em duas palavras: fica “proibido” (ou mal visto, ou desprezível) ganhar a vida vendendo suas artes, ofícios e saberes. Dito de outra forma, grupos portadores de culturas tradicionais ou indígenas, com seus conhecimentos sobre flora e outros valores não devem auferir lucros vendendo o pouco que dominam. A quem se aplica a censura do lucro? Haveremos de começar condenando Da Vinci, Boticelli, Michelangelo, Picasso...? Nesse raciocínio, porque então não culpabilizar os esportes também? *O que pensam milhões de brasileiros sobre os salários obscenos dos jogadores de futebol? E dos cantores e vedetes da televisão?*

Não demorou muito para o capital descobrir o veio da mercantilização da cultura. Esculturas gregas, verdadeiras e falsas, já eram vendidas aos romanos séculos antes de Cristo. No caso de países emergentes como o Brasil, aonde o patrimônio vem sendo dilapidado, restam, sobretudo, natureza (se não estiver favelizada) e folclore. Subsistem algumas culturas vernaculares, *às vezes ressuscitadas, justamente graças ao turismo que as valoriza*. Estou com Hobsbawn que não hesita em defender grupos que cavocam o passado à procura de tradições para serem vendidas, mesmo que

não creiam mais em seus valores. Muitos ateus participam da Festa do Divino! E daí? O maior pretexto em defesa de produções socialmente relidas (em geral de iniciativa de antigos líderes comunitários) *é a coesão social que proporciona aos desafortunados*. Quem tem medo de coesão social?

Parece-me farisaico que alguém se oponha à recuperação do passado arquivado, sob pretexto de não ser mais autêntico. Em nome de qual moral podemos nós, alimentados com acepipes e bons vinhos, negar iniciativas de populações que não possuem melhor esperança de sobrevivência? *Por acaso, nós intelectuais não vendemos conhecimento cultural sob forma de aulas, livros, conferências, etc.? Não vivemos maldizendo editores que não nos pagam o direito autoral que julgamos merecer?*

Como definir o autêntico sem uma profunda discussão sobre o que seja a *verdade*? - Foi o que procurei fazer em *Saudades do Futuro* (Yázigi: 2009) -. Será que ela merece o *status* de conceito se não existe consenso sobre o que seja? Por outra mão, há indizíveis manifestações culturais, sem dúvida autênticas, que por acontecerem no anonimato, mas não chegam a interessar o turista: novamente: *este, e só a este cabe decidir se aceita ou não*. Mesmo sendo uma representação fantasiosa, o turista, que não é idiota, entende-a como um jogo. Graças a algumas encenações pode-se às vezes reerguer uma comunidade. Na França isso já aconteceu com a redescoberta de uma receita de lingüiça tirada do baú.

Não obstante, não me parece que uma cultura possa ser ‘gerenciada’ por agentes estranhos ao grupo. Os tais agentes culturais devem, no máximo se limitar a facilitar o acontecimento cultural. Empresário ou diretor de cena são bem outra coisa.

Claro que a mercantilização da cultura apresenta facetas insustentáveis, sobretudo quando é nojentamente manipulada pelo grande capital. Mas no presente caso me refiro à sobrevivência de populações pouco dotadas de recursos para sobreviver, e que a intelectualidade vive repetindo que é preciso respeitar e ouvir, mas não quer que seus bens sejam mercantilizados. Quem pode e quem não pode ganhar? Como haverá de acontecer o tão propalado turismo comunitário se não se pode vender receitas regionais ou sua cerâmica?

Responda-se de uma vez por todas: o quê da produção cultural pode ou não ser vendido?

6 – “O que é bom para o residente é bom para o turista”

Tanto quanto tenha consciência cronológica, eu mesmo criei esta frase, publicada na primeira edição meu livro *Turismo, uma esperança condicional* em 1998 (na bibliografia, consta idêntica edição reproduzida em 2010). Alguns ditos são tão fortes e simpáticos que adquirem vida própria, sem que seus seguidores se dêem ao trabalho de aferir o grau de pertinência que possam conter. Em pouco tempo, até altos funcionários governamentais repetiam “*O que é bom para o residente é bom para o turista*”. Por ironia, eu mesmo tive de remediar o que escrevi, *tudo por causa de um chofer de caminhão*.

Certa feita – no começo deste milênio – estava eu a sair de um *shopping* em Manaus, quando caiu uma chuva tão forte que fui forçado a buscar abrigo numa parada de ônibus. Um parêntesis esclarecedor. O centro da capital amazonense me parecia tão hostil naquele tempo (e hoje?) que não encontrei um único café onde me sentar ao fresco. Procurei então um distante *shopping* bafejado de ar condicionado, toaletes e outras comodidades que sempre precisamos fora de casa. Lembro-me que aquela Manaus possuía uma avenida – um quilômetro ou mais, talvez – cujos dois lados possuíam contínuos muros de proteção de grandes condomínios. Um *corredor polonês* que se repetia em meio tropical (bom para os residentes, horrível para o turista). Malgrado a gentileza dos manauenses, a cidade me parecia a negação absoluta do turismo. Não foi sequer capaz de realizar essa prática urbanística banal que é projetar um *water front*. Banal e quase grátis, com mais de 90% pagos por Deus! Vendo a região central da capital abandonada, tive de ser recorrer às lonjuras da Ponta Negra onde fica o referido *shopping*. Nada mais desconvidativo do que negar o rio para quem gosta de apreciar a paisagem: na cidade só se via muros e pórticos armados. Por isso mesmo uma propaganda oficial Manaus, exibida nos principais canais televisivos do país, mostrava cenas sedutoras: jovens de grande beleza, mergulhadores e mergulhadoras atléticos, sensualmente respingados de piscina e outros apelos que exploravam tudo, mas *nem um único espaço público da cidade*, especialmente do centro, tão procurado por quem viaja. Os publicitários sabem muito bem como dissimular a realidade. A bem da verdade lá existe o famoso Teatro, mas que gafe, atrás dele se percebe um Palácio, cuja escultura da deusa da Justiça no telhado não possui venda nos olhos! A pobrezinha da Justiça Manauense não é cega! Ou será uma cega que vê mas não enxerga?

Enquanto aguardava a chuva passar no tal abrigo de ônibus, comecei a prostrar com um homem sentado no banco, um motorista de caminhão. Quando soube que eu morava em São Paulo, só faltou dizer “Cruz Credo” com o sinal da Cruz, livre de ter nascido nesse lugar maldito, cheio de violência poluição, barulho etc. “Pra mim – disse-me ele – Manaus é o melhor lugar do mundo!

Deus me livre morar na zorra da sua cidade!”. Não é preciso ser psicólogo para interpretar esta asserção que me deixou temporariamente surdo e mudo. O homem tinha absoluta razão! Em Manaus estava sua história, sua família, seus amigos, seu trabalho, suas referências de vida, *seu pertencimento*. Mas o que é bom para aquele residente é horrível para milhares de turistas!

Resposta que encontrei para a charada: *um lugar é bom para o residente, só se for para o turista também; se existir permeabilidade mútua de satisfação*. Ele que me adesculpe, mas Manaus não tem espaços convidativos não. A deslumbrante selva amazônica não é a cidade. A cidade (não os habitantes) é que é hostil: patrimônio visivelmente ruindo e adulterado – outros destruídos - falta de amenidades urbanas contra o calor extenuante - marquises, espelhos de água que provocam brisas artificiais, construções que amenizam a temperatura naturalmente; *water fronts* e praias à beira do rio e com a grandeza do rio; bares com mesas e guarda sol na calçada etc. Essas atenuantes municipal e secularmente ignoradas – como demonstrei em meu doutorado “*Études préliminaires em vue d’un urbanisme tropical pour l’amazonie brésilienne*”.

UFANISMO MORENO

7 – “Ah, nossas abençoadas praias cheias de sol e de mulheres radiantes!”

Este, o *jingle* favorito de brasileiros que andam e comentam o próprio país quando no exterior. Grande parte das praias brasileiras se conta, de fato, entre as melhores do mundo: tepidez de suas águas; areias de fino toque; subaquático povoado de seres e quase sereias maravilhosos; sensualidade por todos os poros; paisagens humanas que nos espiam. Quando isso tudo se reúne (quando sem arrastões e esgotos urbanos) e forma um prato cheio que quase faz esquecer a enxaqueca civil.

Não obstante, o Brasil não é o único país do mundo com praias paradisíacas e mulheres bonitas; não é razoável esperar que o grande *leitmotif* de atração se limite a tal cardápio. Portugal não possui o exotismo tropical, mas suas praias, apesar de honestas e ensolaradas, não constituem a isca para outros europeus que acorrem ao *Jardim plantado à beira do Atlântico*. Segundo interpreta o Professor Carlos Costa, da Universidade de Aveiro, praias valem, mas são os fatores culturais e a excelência urbana que fazem Portugal, com seu minúsculo território, ter o dobro de turistas do Brasil. O que pode ser deleite para a maioria dos brasileiros, pode não ser prioridade do turista estrangeiro; mais valeria dispor de um cardápio variado – museologia rica, ambiências de deleite, patrimônio arquitetônico bem polido (...), segurança e sabe lá Deus quantas coisas mais em cada

lugar. Ah sublime obsessão por praias, esses dons divinos que não refletem o talento humano: ninguém consegue plagiar a obra de Deus. Muito valeria, não fossem as praias traídas por suas retaguardas infames – imundícies a corromper águas cristalinas, feiúra urbana, violência, arrastões, trivialidades nossas. A Ilha da Madeira, que sequer dispõe de praias recebe anualmente milhões de turistas. E nós, donos de quase oito mil quilômetros de praias, convivemos com um baixo grau de exigência dos residentes que não se molestam com suas impraiabilidades, fato que aliás, conforta os governos. Bem, se destruímos nosso patrimônio arquitetônico e se nosso urbanismo é declaradamente selvagem, pouco sobra ao estrangeiro além de praias.

8 – Slogans comoventes: “Nossa cidade é um presépio”. “Temos o segundo melhor clima do mundo”. “Quem bebe de nossa água sempre volta”.

Uma curiosidade que o leitor talvez tenha notado se é dos que ainda mandam cartões postais ao invés de mensagens eletrônicas. Já notou? As tomadas fotogênicas reproduzidas em postais situam-se, salvo poucas exceções, em distância que obnubilam o detalhe, senão o *close* compromete nosso orgulho. Por isso postais se limitam a alguns edifícios e esculturas; uma curiosidade local, algo que não mostre vizinhanças em estado de pecado mortal, totalmente desaconselhável para *closes*. O recurso que melhor dissimula a feiúra é a vista aérea. Luzes da noite ou chuvas onirizam os ambientes.

O leitor terá conhecido muitas cidadezinhas que tributam a fé com Cruzeiros, localidades que na falta de dons mais notáveis, elaboram roteiro de visita ciceroneada a outeiros, de cujos cimos, aos pés da cruz, se avista o presépio que jaz nos baixios. É emocionalmente duro negar a cidade de moradores desolados com a secura da terra. Mas é à noite que o presépio causa *frisson*, quando cada lar vira uma estrelinha aluminada, e as manjedouras se camuflam em meio ao casario. Cidade presépio só encanta vista do alto. Pura ilusão ótica: até as miseráveis cidades da África negra sub saariana parecem bonitas quando viram pontinhos de luz. Assim como a distância camufla detalhes da negligência política, a noite nos hipnotiza como a visão de diamantes num estojo azul marinho. Nessas condições o belo é sempre resolvido pela distância focal.

O clima vai de mãos dadas com as águas da saudade. Folcloricamente tantos lugares se arvoram de possuir “o segundo melhor clima do mundo” - sem que nunca consigam dizer qual é o primeiro. Os nativos não ousam esnoabar de possuir o primeiro porque ninguém acreditaria. Mais bizarro ainda é que esses climas se circunscrevem, frequentemente, em municípios que ‘por

milagre' não se contaminam com a poluição, nem local, nem vizinha, aonde o mau vento só é anunciado nas previsões de meteorologia. Pode uma cidadezinha no meio de dúzias de outras ter um clima só dela, que termina nos limites municipais? A metropolização está, efetivamente, engolindo os climas. Recorrendo a tais apelos da natureza, admitimos nossa incapacidade sistemática de construir bens culturais dignos de serem vistos. Ora, Londres, Paris, Nova York, Las Vegas e muitas outras cidades possuem climas que chegam a irritar, mas não os impedem de ser consagrados por lãureas mundiais. Percebem a diferença?

Várias cidades, queridas pelas mais diversas razões, assumem outro *slogan*, talvez como consolação para si mesmas e para os outros: “Quem bebe de nossa água sempre volta”. Água que vem de uma represa, depois é clorada pelas Sabespes – e deve ser a mesma do município vizinho. Mas quando chegam visitantes especiais, quem pode oferece água mineral de garrafa: não orna oferecer a da torneira.

9 – “Deleitem-se com nossos produtos típicos e nossa gente simpática”

Quando um lugar se limita a oferecer gastronomia e simpatia significa que já conferiu seus bens naturais e culturais e se deu conta que não tem nenhum outro atrativo melhor. O paradoxo é que “comidas típicas”, artesanato e simpatia não são bens fixos; outros municípios podem copiá-los ou importá-los. *Apenas o território não pode ser trasladado*. Se esses atrativos bastassem para o turismo, qualquer buraco municipal com bons cozinheiros poderia se resolver turisticamente. Já uma truta grelhada com amêndoas e vinho branco, servida nos átrios de edificações artísticas ou sob caramanchões do Deus Baco, é privilégio de bem poucos lugares. Vender bens transportáveis é próprio de Zonas Francas ou *Shoppings*. Abu Dabi vive disso, o resto são Oasis escaldantes. Até produções tradicionais são passíveis de cópias e aí ganha quem tem um leque de atrativos somados aos dotes artísticos. A ironia é que países asiáticos, liderados pela China, há tempo que fabricam suvenires para quase todos continentes venderem como se fossem deles mesmos. Os belos tecidos multicoloridos com os quais as sedutoras africanas se envolvem são comumente fabricados na Europa ou Ásia.

Em suma, comida e gente simpática são gritos desesperados de quem não tem mais nada a oferecer e não se preocupa em construir ambiências urbanísticas e paisagísticas de qualidade para o futuro, e sobretudo para sua gente. Por qual motivo uma churrascaria super freqüentada se instala e fica lotada num galpão qualquer? Entretanto, como brasileiros são devotos de comilança, os mais

requintados e competitivos em culinária podem esperar algum sucesso, especialmente com excursões ou estadias curtas. Não sem deixar lixos orgânicos e arrotos

CULTO À FEIÚRA E À POBREZA

10 – “Abaixo a sociedade do espetáculo e outras perfumarias”

Esta afirmação é constantemente traída pela voz do povo, que só não tem razão quando contraria o interesse intelectual. Quem tem coragem de enfrentar Joãozinho Trinta quando diz “Quem gosta de miséria é intelectual, pobre gosta de luxo”? A negação da beleza é mais um conceito importado sem o menor senso crítico. Sim há países que exageram em adornos e babados, mas não há evidências comprovadas de que a maioria de seus cidadãos prefira a crueza rústica. Alguns lugares são de uma feiúra lancinante e ainda há quem queira negar o mínimo que se consegue fazer para amenizar o ambiente. Dostoiévsky, reconhecido como um dos autores mais profundos da humanidade assim disse: “O mundo será salvo pela beleza”. A procura da beleza passa por grandes reflexões sobre o próprio sentido da vida. Pessoalmente diria que se o Brasil, numa minúscula parte urbana se enquadra na sociedade de espetáculo, sua estupenda massa urbanizada, precisa de espetáculo sim, para abolir o horror de seu cotidiano: favelas, balas perdidas, chão ensangüentado, imundícies, patrimônio arquitetônico de baixa qualidade ou desabando por abandono, onde, além de tudo, a feiúra é cultivada nos meios acadêmicos e com isso tudo faz os governantes se sentirem desobrigados de qualificar o cotidiano.

A pregação do luxo é perniciosa, especialmente num país com tanta distância social: os sinais exteriores de riqueza são revoltantes e humilhantes. Não obstante, quando certa beleza singela atapeta os espaços públicos, faz o orgulho de o cidadão crescer porque aí ele se dá conta que o ‘luxo’ é para ele; ele passa a sentir que existe uma administração que zela pela cidade e o respeita. O psicanalista James Hillman reconhece uma nova síndrome: os distúrbios provocados pelo urbano, revelados no divã. Os maiores elogios da história do turismo que o Brasil recebeu, ocorreu entre as duas Guerras, justamente quando as cidades eram apenas singelas. É no contexto da dignidade material que nasce o sentimento de pertencimento, indispensável à construção da cidadania e da civilidade. No mais, quem nasce e cresce num meio cultivado tende a reproduzir o mesmo espírito na modernidade, a retribuir com a mesma moeda. Nunca lhes ocorreu que um cidadão de Firenze, Veneza ou Paris desenvolve um grau de exigência mais elevado, e que a soma desse traço acumulado se reverte em cobranças qualitativas da administração pública? Se os velhos países ricos

se fartam de esteticismo e justificam o pensamento de um Guy Debord, países maltratados e ofendidos carecem do oposto. Frequentemente surgem infundadas ironias contra preciosos e difíceis trabalhos de restauro como sendo pura “espetacularização”; o mesmo se repetindo para certas renovações urbanas. Parece-me irracional que a procura de um urbano de qualidade, tão rara de ser obtido, se veja aniquilada por críticas infundadas como essas: se há desequilíbrio de qualificação do espaço, é pelo outro lado que se tem de lutar! – *se é que a democracia está produzindo organizações civis de resistência contra o abastardamento do território*. Se os ricos do hemisfério norte devem se moderar, nos equivocamos nivelando tudo por baixo. Aliás, Francis Fukuyama (da School of Advanced International Studies, John Hopkins University) e sua equipe chegaram à conclusão, após profundo estudo que incluía o Brasil, que alguns países não logravam avanço compatível com seu potencial, *devido a um velado culto à pobreza*.

Deveríamos compilar todos os autores e políticos responsáveis por esse panorama urbano hediondo que não contente com o ideal de asfaltar o mundo, vai se infiltrando nas matas com sinistras metástases. Que tipo de sociedade e cultura material pretendem além do arroz e feijão de cada dia?

11 – “Vai me dizer que a Rocinha não é lugar turístico?”

Entenda-se por “Rocinha” um protótipo de favela. Na definição do que seja um lugar turístico, Rocinha e seus similares se classificam como meras *excursões locais de curiosidade para estrangeiros*. Em geral, brasileiros repudiam favelas como lugar turismo! A saber, lugar turístico é aquele que reúne forte densidade de freqüentação turística, equipamentos e serviços que lhe são específicos, *além de uma imagem que o caracterize como tal*. Assim, favelas que se prestam a visitas de poucas horas, sem pernoite, não são propriamente o lugar turístico. *No caso citado, o lugar turístico é a Cidade do Rio de Janeiro*. *A priori* no Brasil não é possível encontrar um lugar ocupado cem por cento por favelas, porque elas são produto de uma corrida *para um lugar melhor sucedido com oferta de empregos*. De resto, à exceção dos *realities tours* (no mundo há público para tudo), brasileiros não são afeitos a favelas por três razões: a) porque as abominam; b) porque em qualquer cidade basta pegar algumas de suas ruas, ir até o fim que se encontra uma favela; c) porque cultivar a favela em sua realidade social e física é perversão declarada que, numa sociedade justa e inteligente se espera que ela seja transformada num bairro apropriado à espécie humana. Favela é lugar para alguns turistas estrangeiros que, não as tendo em seus países, mal acreditam que possam existir; outros temem que aconteçam seus territórios; e assim vão visitá-las para conferir. A

favela pode ter muitos atrativos só delas e vir a se transformar num dos pontos centrais do turismo, mas as razões de sua pobreza terão de ser mexidas; terão de transformá-las em tantos pontos que deixarão de ser a mesma coisa. Se um dia alguma Rocinha se tornar lugar turístico, não será mais turismo em favela, porque tendo equipamentos, serviços e a imagem que a caracteriza como hospitaleira, será outra coisa, sem a pecha da maldita, como demonstrei comparando a belíssima Ilha de Santorini, Grécia com uma favela brasileira em *Civilização urbana* (Yázigi: 2003). Se a questão social do Brasil fosse plenamente resolvida, não haveria mais turismo em favelas e sim num bairro enobrecido. Graças a Deus!

Se favelas são “lugares” turísticos, teremos então de adicionar à lista muitas outras ‘excursões’ zonas de meretrício & droga; unidades da FEBEM, ora eufemisticamente denominada *Fundação Casa*; lixões onde haja coletores de restos de nossa civilização, gloriosamente consagrados pela cinematografia nacional. Há quem aprecie conhecer essas realidades. Vide o velho filme *Mundo Cão* mostrando um turismo praticado na exploração de costumes bizarros. Quem sabe todos humanos possuam algum traço de personalidade por dentro que se deleita com valores pervertidos. Perguntem aos favelados o que preferem: dúzia e meia de turistas ou as regalias da cidadania plena, que nossa sociedade nega sistematicamente há mais de um século?

A SATANIZAÇÃO DO TURISMO

12 – “Não queremos turismo sexual!” (Hora e vez do Fogo Venéreo)

Nos anos do Milagre Brasileiro, carente de obter simpatia mundial, a propaganda militar recorreu a *posters* e cartões postais, persistentes até hoje, apesar de algumas garotas de biquíni já serem avós. Pílula, *Make Love Not War* e o “liberou geral”, que o povo gostou, são propagandas para pescar turistas. Conseqüentemente, não se pode evitar que ganhões cheguem com ânsias específicas. Nós mesmos sedimentamos a imagem da liberdade sexual total, com o apoio das embaixadas brasileiras, a tal ponto que muitos americanos, europeus e asiáticos taxem generalizadamente brasileiras prostitutas, do mesmo modo que no passado “francesa” ou “polaca” eram todas meretrizes, conforme pode ser conferido na literatura e nos bons dicionários.

Os puritanos houveram por bem alertar que se tornara insustentável expandir a imagem do Brasil como berço da libertinagem, e além de tudo exportador de prostitutas, travestis, *dragqueens*, michês. Hoje ouvimos afirmações do tipo “Não queremos turismo sexual”. Já se sabe que pedofilia é crime abominável, mas o que os discursos oficiais sempre repetem é a pretensão de combater o

“turismo sexual” de adultos, manifesto com grande visibilidade. Para a pedofilia, ironicamente muito praticada entre familiares, não convém tanto o verbo *combater*, como *punir de forma inclemente*: isto está fora de questão! Mas parece existir uma exceção para a pedofilia: o banalíssimo sexo praticado entre menores adolescentes, embora no dia seguinte da maioridade de um dos pares a prática se torne crime. Mas, centremo-nos na prostituição clássica, cuja propaganda, não tendo atingido *gays*, parece libera-lhes a entrada em grande estilo, sobretudo em suas “paradas” festivas.

Em várias ocasiões realizei um teste com alunos e outros públicos onde fazia conferência, pedindo-lhes que permanecessem imóveis se costumavam ter interesse por aventuras sexuais em suas viagens. *Jamais um único ouvinte negou tal desejo*, especialmente porque minhas audiências costumam ser freqüentadas pela faixa etária ativa.

Mas o que há por baixo do substrato do “Não queremos turismo sexual”? Além do falso moralismo, subjaz um preconceito nacionalista não explícito que seria mais ou menos assim: “Garanhões italianos ou espanhóis não podem ter relações sexuais com nossas brasileiras, apenas nós!”. Mais curioso ainda: o turismo sexual indesejado sempre se refere à chegada de homens, nunca de mulheres! Talvez, então, mulheres fogosas ou prostitutas de fora seriam sempre bem vindas para maior satisfação da macheza nacional ou das lésbicas – com ou sem prostituição.

O contraditório da ‘doutrina’ contra a prostituição é que o Código Civil a autoriza, mas sua exploração não. De resto, para que serviria um cafetão nos dias que correm? Hoje esta odiada figura se chama Internet: é ela quem promove a cafetinagem! Ademais, há incontável número de casos em que a opção de vender o corpo reúne o útil ao agradável. De resto, como fica nossa secular ideologia de luta pela liberdade sexual? E relações sexuais só por amor, valem? Como provar se são ou não sinceras ou se há cobrança monetária na intimidade de um quarto? A “sábua” filosofia anti turismo sexual tem ressalvas que devem ser esclarecidas no interesse dos usuários. De acordo com a OMT turismo é diferente de lazer: este é geralmente praticado na própria cidade; o primeiro requer que se passe pelo menos uma noite (dormindo ou acordado) num lugar diferente do de moradia. Logo, aplicando o mais puro silogismo, um gaúcho de Porto Alegre pode praticar sexo à vontade em sua cidade, mas não no Rio de Janeiro, porque lá ele seria turista – a menos que tenha domicílio legal em ambas as cidades! Mas os cariocas podem, porque estão em casa. No entanto, se a oficialidade tem a ilusão de combater a prostituição entre adultos, deve vasculhar outra frente erótica: 1) De acordo com a Associação Brasileira das Empresas do Mercado Erótico e Sensual, este

comércio movimentou um bilhão de reais em 2011, empregando hoje cerca de 100.000 trabalhadores; 2) Conforme *Relatório de Qualificação de Mestrado* de Flávio Baggio, na FFLCH-USP, em 2010, somente a cidade de São Paulo contava com aproximadamente 1.400 estabelecimentos, checados e mapeados, de práticas sexuais alternativas (*swing*, sadomasoquismo, etc.), ou venda de produtos eróticos. Teríamos de impedir gente de fora entrar nesses estabelecimentos, mas é preciso ter ciência de que a maioria, impedida de tais práticas em cidades interioranas, viram turistas em São Paulo. Endereços para os governos federais e estaduais combaterem a prostituição é que não faltam: basta consultar o banco de teses da USP.

Alguns países já criminalizam a prostituição na pessoa do cliente. Quais são as propostas dos que combatem o turismo sexual diante desta novidade? Aonde querem chegar? Será este mais um tema a ser tratado com “conscientização”? Que outra imagem poderia o mundo esperar de um país que proclama, sem cessar, seu louvor a “Bunda, carnaval e futebol”?

13 –“O turismo corrompe a cultura local”

Certa feita fui convidado para fazer a abertura de um simpósio de turismo na Universidade Federal do Amazonas, Manaus, já neste novo século. Considerando a intimidade daquela Unidade da Federação com a selva e seus habitantes, convi escolher o tema do turismo indígena. Havia representantes de alguns grupos da selva que se mostraram satisfeitos em me ouvir porque queriam, justamente, a explorar o turismo em seus territórios. Ao final me procuraram à saída do auditório, convidando-me para visitar Roraima. Disse-lhes que no futuro poderia talvez aceitar, mas não naquele momento em razão de minha falta de tempo. No passado já fora convidado por outros grupos indígenas para ministrar um curso desse teor em Presidente Figueiredo, mas recusei pela mesma razão. Conversei com os jovens índios com imenso prazer, pois se minhas idéias sobre como deveria ser o turismo numa aldeia, cheia de preciosos cuidados, significava que estava no caminho certo. Não obstante, antropólogos ouviram nossa conversa. Depois que me despedi do grupo indígena, esses profissionais me dirigiram a palavras com rispidez, adiantando numa censura prévia, que eu não deveria aceitar o convite, porque poderia acirrar uma contenda em curso naquelas lonjuras (talvez porque um grupo indígena dotado de mais conhecimento turístico criaria rivalidades). Não era só isso, eu estaria corrompendo uma cultura milenar!

Esse episódio não teve qualquer consequência porque nunca cheguei a visitar tal tribo, mas me valeu como subsídio teórico. Desde os primeiros contactos com os brancos, os índios vêm

conhecendo perdas de diversas naturezas: a da liberdade ao ser escravizado; a morte devido a contágios de doenças para as quais não tinham *anti corpus*; abandono de alguns vários valores (fitoterápicos, grupais, etc.); adesão às drogas e outros vícios nefandos que envolvem contactos com o mundo exterior. Tudo isso é bem verdade e se reproduziu não só no Brasil, como em todos os lugares por onde o branco andou - Américas, África, Ásia, Oceania...

Suponho que antropólogos e outros das ciências sociais, descrentes com o caminhar da humanidade, gostariam de isolar os grupos indígenas em redomas inoxidáveis, de tal sorte que os mesmos nunca viessem a ter contacto com o mundo exterior. Atualmente é difícil acreditar na eficácia desse excesso de zelo que ultrapassa a metáfora. Aliás, essa possível contaminação nas culturas ancestrais – tanto quanto ainda possam existir – não se refere unicamente aos nossos indígenas, mas a qualquer *grupo ainda vernacular*. Curiosamente, esse zelo revela pouco se importar com o estupendo volume da massa urbana, danada para o inferno: a carência de humanismo é muito maior entre urbanizados! Por que não cortar o mal pela raiz? O indígena é frágil? E nós que nos entregamos a todos os vícios e corrupções do planeta – seremos mais fortes ou estaremos mais protegidos?

A contaminação dos grupos indígenas é secular, alguns mais cedo, outros menos. Costumam se deslumbrar com a tecnologia, com essa picadinha de seringa que os livra de doenças terríveis. Os grupos – indígenas ou não - que conheceram certos fatores da civilização ocidental passam a ter necessidades reais e justificáveis, nem sempre satisfeitas pelos modos tradicionais. Surge a necessidade de escola, de tratamentos de saúde, da precisão de dinheiro, da facilidade dos eletrônicos e daí uma possível esperança via turismo. Acredito que nossos indígenas estejam entre os melhores e últimos exemplos exóticos do planeta. O certo, inegável, é que enquanto o turismo mal consegue chegar até eles, *todos os vícios já chegaram há muito tempo pelo rádio, televisão, celular, IPods, estradas, motoristas de caminhão, serrarias, bordéis, drogas, armas e outros pacotes*. Cabe ao grupo, em conformidade com cartas de intenções e direitos por eles mesmos expressos, decidir o que sua condição legal de brasileiros deseja realizar. Então os legítimos donos da terra não têm direito ao próprio discurso?

O turismo pode sim corromper mais um pouco o processo já iniciado, mas com rigoroso cuidado (assessorado por antropólogos de renome mundial) nos termos que publiquei em *Saudades do Futuro* (Yázigi, 2009) não pode *a priori* causar danos piores do que possam existir entre eles. De resto, um turista que se interessa por índios (isto é, não um garimpeiro ou motorista de caminhão

em seu exercício sexual) chega normalmente com espírito de respeito e cuidados prévios; são a *priori* exemplares na medida em que valorizam o indígena, podendo mesmo defender sua causa.

O que vemos nos mais recônditos lugarejos deste Brasil (e de outros continentes também)? Todas as modas e novidades da cultura ocidental, se ainda não são adotadas, são pelo menos aspiradas. Filmes étnicos nos mostraram que até nos desertos perdidos da Ásia, pastores recortam páginas de publicidade de sedutoras de revistas, munidos de celulares, televisões, motos - suprema felicidade sonhada ao fechar dos olhos... O que deve ser colocado na berlinda é a exacerbação do consumo, de todo o planeta, onde para uns é preciso aumentar, para outros diminuir!

Em revanche, é comum turistas se perguntarem se seriam capazes de viver nos verdes prados. Bom número logra fixar residência secundária e aí pode surgir a resposta que os intelectuais nem sempre querem ouvir. *São freqüentemente os de fora que revalorizam o lugar*, não raro desprezado pelos vernaculares em sua cultura mutante. Frentes pioneiras de residências secundárias revelam que frequentemente os novos proprietários se agrupam para formar associações ambientalistas. Pode ser em causa própria, mas o fazem e dão exemplo. Por igual, turistas, como em São Bento do Sapucaí, SP, foram os únicos que souberam valorizar e ressuscitar a arte tradicional – “Se dependêssemos de nossos conterrâneos, estaríamos perdidos!” expressou-se o escultor Dito do Bairro do Quilombo: graças ao apoio dos visitantes conseguiu expor sua arte primitiva na Alemanha. Com os avanços da urbanização todas as reservas indígenas se tornariam vizinhas de ‘brancos’ e é aí que será preciso tomar verdadeiro cuidado.

Dizem também – Alexis de Tocqueville foi um dos primeiros – que em certas aldeias e localidades perdidas na Europa do século XIX as pessoas eram mais felizes que os americanos em seu grande apego ao *welfare state*. É fácil julgar os outros de fora... No entanto há um dado comum entre todos os que já experimentaram vida comunitária em pequenos lugares: entre eles existe ódio, as vezes superior àquele que grassa nas metrópoles. Inveja, maledicência, calúnias, bisbilhotices e outras sujidades são partes do ser humano, senão não estariam registradas na Bíblia e nas tragédias gregas. Resulta que num lugar pequeno nosso contacto com o objeto odiado é cotidiano e epidérmico; respiramos o mesmo ar, nos esbarramos na rua ou Igreja. Já na metrópole é muito comum odiarmos pessoas que jamais vimos pessoalmente: é o tele-ódio que se agride em comentários jornalísticos, conversas de botequim ou assembléias sem a outra parte presente. Há equivalência entre o tele-ódio e o tapa do aledão.

Quem está podre é a humanidade. Nossa salvação depende de chutar as orgias da corrupção e da maledicência para o inferno, para de lá nunca mais voltarem.

14 – “O turismo aumenta a dualidade espacial”

Esta afirmação dúbia requer muita sutileza para ser entendida. De fato, como o desenvolvimento do turismo requer qualidade paisagística, o poder municipal procura garantir leis de uso e ocupação do solo; infraestrutura e código de edificações minimamente eficazes para sustentar tal função no lugar. Por outro lado, como todo e qualquer lugar bem sucedido, independentemente do turismo, provoca afluxo de cidadãos em busca de trabalho, e como estes não têm meios de viver no lado “bem”, surge o contraste com favelizados e sub-habitações. Na medida do possível, as municipalidades tentam esconder (*do outro lado da estrada*) as vergonhas da pobreza através do confinamento desse segmento de trabalhadores e de sua arquitetura – que de fato, tende a espantar o turismo. Assim são Paraty, Cabo Frio, Angra dos Reis, Petrópolis, Guarujá, Campos do Jordão, e centenas de outros lugares e lugarejos já comprometidos. Até mesmo o Pantanal está se maculando com embriões urbanos, futuros quistos anti turísticos. Tal corrida quer normalmente dizer que quem migrou para o lugar turístico em busca de melhor vida, deve ter deixado, *a priori*, um lugar não tão bom. Se é que conseguiu se recolocar bem.

Ora, um núcleo metalúrgico ou um centro têxtil também provocam movimentos migratórios, com uma diferença: nesses ambientes, a exclusão se espalha mais, sem que deixem de configurar zonas visivelmente pobres. Portanto, *turismo ou metalurgia criam dualidade espacial como qualquer outra boa fonte de trabalho de baixa paga*. Não obstante colocam-se algumas ressalvas: a) A nova arrecadação de impostos permite, de alguma forma, propiciar melhorias em áreas menos dotadas, embora sempre insuficiente, na medida em que o afluxo de trabalhadores é maior que a capacidade de engajamento; b) Ao mesmo tempo, o fato de grande parte das melhorias serem pensadas para o lado turístico, se justifica pelas altas taxas que turistas ou, sobretudo residências secundárias pagam. Trata-se de um círculo vicioso porque se paisagem e infra estrutura não forem garantidos pode ocorrer fuga do turismo, redução de empregos e deterioração da ambiência! – Se o lugar adquire vida própria, independentemente do turismo, a deterioração encontra porta aberta se instalar. Uma das vantagens do bom turismo é que ele requer melhoria local, mesmo que nem sempre a realize. Ademais, como o município arrecada vários outros impostos, sem falar de dotações especiais dos governos estadual ou federal, é com esses recursos que se deverá compensar as necessidades gerais do lugar.

Assim, antes de se satanizar o turismo, *o que deve ser colocado em cheque é a distribuição das arrecadações de impostos nacionais, do município à federação e, sobretudo a permissividade administrativa.* Repito: *o que deve ser colocado em cheque é a distribuição das arrecadações de impostos nacionais, do município à federação e, sobretudo a permissividade da administrativa.* No Brasil tais taxas chegam a cifras gigantescas, mas voláteis, principalmente, devido à clássica dupla: corrupção e incompetência. Um único exemplo: o cidadão sabe vagamente que o salário de deputados federais (mais mordomias e regalias) situa-se barbaramente acima, até de ministros de países europeus. Como se isso não bastasse, cada deputado tem direito a dezenas de assessorias ao longo do tempo, cujas remunerações ou salários devem ser somados ao custo de cada eleito. Como grande parte dos representantes (inclusive deputados estaduais e vereadores) não tem capacidade de julgar a maioria das matérias a serem legisladas pagam-se assessores. Outro exemplo: empreiteiras decidem o fabuloso mundo das obras públicas – metrô, estradas, viadutos etc. Podemos ter certeza de que vultosos gastos se justificam – especialmente quando desabam ou ficam logo comprometidos?

Entretanto, a maior perda pela falta de equacionamento das permissividades admitidas em zonas turísticas é que o próprio turismo nacional fica comprometido, vista a extensão de danos ambientais provocada não só por cidadãos sem recursos, mas por particulares e firmas que poderiam perfeitamente construir com qualidade, mas não o fazem.

O turismo é apenas uma opção econômica. Mas a contradição dos que afirmam ser ele responsável pela dualidade, é que *mesmo sem ele o contraste sócio espacial eclode por todos os lados bem sucedidos.* Se não fosse assim não existiriam favelas.

Infelizmente não existe inclusão que não seja de longo prazo, e embora a democracia já tenha nascido há mais de trinta anos, ainda não adquiriu suficiente musculatura em matéria de justiça.

INSERÇÃO SOCIAL POR DECRETO

15 – “Abençoado turismo comunitário!”

Como o Brasil esteve à margem do processo de democratização por longos períodos, hoje se pretende que a inserção social possa ocorrer com meras ideias acadêmicas ou decretos. Configura-

se um princípio desprovido de teorização substancial: uma criação acadêmica e política bem intencionada, mas de costas para a práxis. Não acredito na rapidez pretendida pelo *slogan* porque *a verdadeira inserção só é possível através do trabalho bem qualificado*, isto é, em longo prazo – que para atender o turismo, queiramos ou não, exige vários graus de sofisticação. De resto, como o Brasil tem ocupado as piores classificações em educação, a realidade é que já estamos enfrentando a carência de qualificados: em 2010, 1,6 milhão de postos de emprego continuavam sem ser preenchidos devido à falta de profissionais – cuja solução tem sido importar de outros países. No mais, a tão louvada USP, no mesmo ano, mal conseguiu se classificar entre as duzentas melhores do mundo (178º. Lugar). Essas limitações não devem ser entendidas como renúncia ao possível turismo comunitário e sim, que a melhor forma de inserção dependerá de estratégias realmente estruturais, institucionalizadas e contundentes. Por certo o turismo comunitário é oportuno: num mundo organizado em rede, nada mais evidente do que funcionar como outra rede, mesmo pequena – que não se constrói sem forte organização comunitária e apoio institucional.

O ideário dos atrativos – num país em que arquitetura de qualidade, antiga ou nova, é raridade até em cidades ditas históricas – a oferta se resume na clássica fórmula: gente simpática, comidas típicas, doces caseiros, quermesses, pedalinhos. Produtos da terra? Os produtos da terra devem ser ponderados com crítica, quando, na orgia da globalização, equivalentes estrangeiros, não raro melhores, são vendidos bem mais baratos que os nacionais. O Brasil inteiro oferece esse cardápio elementar, mas se olvida que só o turista dirá se vale ou não se deslocar para a banalidade. O resto são auto panegíricos.

O mais forte anseio da democratização consiste, como não podia deixar de ser, de promover inclusão progressiva de cidadãos até então à margem dos benefícios do desenvolvimento. *Quanto a isso não existe a menor dúvida*. Na realidade o problema, suscitado pelos engajados no interesse social, é de crer cegamente em inclusões através de palavras, inventado projetos sociais sem estratégias adequadas. No campo de humanidades é muito comum que surjam esquemas cuja autoria exata se perde, mas aos quais todos aderem devido às promessas messiânicas. O dito turismo comunitário, da forma como seus princípios vêm sendo difundidos, consubstancia outro mito. Não podemos mais alimentar o povo de ilusões! A história dos pobres do Brasil está farta dessa falácia.

A priori o turismo comunitário, considerado alternativo ao do grande capital, foi imaginado para segmentos de parques recursos de localidades menores, valorizando sua cultura, gastronomia,

preservação ambiental, etc. O desafio dos projetos que pretendem colaborar com essas comunidades depende da solução de vários pressupostos, sem os quais não pode existir turismo algum. Para tanto, devo expressar meu entendimento sobre como ele deva evoluir.

Grande número de autores procurou definir o que são sociedades tradicionais, especialmente depois dos sociólogos Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber e ainda Karl Marx. Dentre as características mais assinaladas registraram, dentre outras, *o poder do grupo sobre seus componentes, independentemente de sua vontade; formas comuns de viver, cada um com uma função específica e com existência fundada na natureza (em oposição ao meio técnico); crenças comuns; manutenção das tradições*, etc. No entanto, os autores mais modernos, engajados no envolvimento de grupos tradicionais no turismo, enfatizam sobretudo seus “saberes”. Saberes que sem dúvida serviram por longos tempos e ainda servem, mas que se tornaram de pequena consistência diante do volume e qualidade de conhecimentos hoje enriquecidos por ecólogos, botânicos, médicos, etc. (apesar de grande parte, impulsionada pelo saber caboclo ou indígena). Seja qual for seu peso, deve ser questionado que saberes tradicionais são esses; se consegue motivar o turista para o deslocamento. É preciso lembrar que certos saberes tradicionais são contraditórios: da prática tradicional de queimadas à condição da mulher que não *precisa estudar, mas cuidar da casa*.

Entendo o turismo comunitário como um conjunto de princípios associativos comerciais e ambientais em vista da organização do território e de seus atrativos no interesse de moradores de qualquer lugar dotado, mas que depende de infraestruturas e outras providências a serem assumidas pelo poder municipal: uma organização simbiótica com a Administração. Sem sólidos princípios de organização e relações com o poder o turismo se esvai porque há várias ações que independem da vontade privada isolada. Entenda-se, por exemplo, que a garantia da qualidade ambiental é condição essencial para justificar viagens e que tal gerenciamento é preponderantemente governamental. Supostamente o poder deve aderir às iniciativas privadas com uma *Carta de Intenções* comunitária, oficialmente reconhecida, definindo os encargos de cada parte.

O turismo rural ainda é uma atividade muito recente, marginal, carente de experiência, e de mais bibliografia focalizada na realidade nacional. Numa avaliação que abarca o turismo rural comunitário na América Latina, Carlos Maldonado (p.32 sqq) nos oferece um triste panorama das deficiências da oferta desse tipo de turismo. Por outra mão, a experiência é tão incipiente que Davis Gruber Sansolo (p.150 sqq), um dos organizadores do livro *Turismo de Base Comunitária*, nos

informa *vagamente* de algumas localidades pouco conhecidas (pesquisa ainda não concluída), onde “sabe-se da existência” de turismo comunitário neste ou naquele lugar. Com outras palavras, ainda não contamos com “um” lugar cujo êxito, cujas práticas funcionais mereçam ser examinadas no interesse de teoria e método.

Alguns autores vêm considerando o turismo comunitário como turismo político, já que entre os frequentadores contam-se articuladores partidários. Mas esta regra não é geral. Por outro viés, se o turismo comunitário pode ser considerado político, uma simples ida ao diretório de um Partido no Taboão da periferia seria turismo.

Nessa ordem de pensamento, o turismo comunitário pressupõe equacionar alguns quesitos para que possa existir, esquematizados como segue:

- a) **Quem é população local?** O receituário acadêmico e político sugere germinar em lugares pequenos, tendentes ao rural, e que se deva beneficiar a *população local*, ideia que se casa com o propalado turismo com base local. O desafio limitativo aqui presente se atem ao fato de que *já não se consegue mais definir o que seja população local* devido aos amplos movimentos migratórios da atualidade. Isso tem implicações que exigem maior reflexão por conta de outro preceito: como beneficiá-la? Seria o caso de retribuir somente os aí nascidos ou a todos que afluírem à procura de emprego? População local abarca todos os residentes, independentemente do lugar de nascimento e de quando chegaram?
- b) **O imprescindível apoio governamental.** Caberá, por iniciativa estadual ou federal, proceder a um levantamento de referências junto a localidades capazes de reunir os quesitos essenciais para que o turismo possa se desenvolver. É com este cadastro que o governo poderá dar início a algum apoio com estratégias de desenvolvimento. A ironia é que esse tipo levantamento já foi feito incontáveis vezes, podendo-se perguntar se restam lugares omitidos. Os moradores, por certo carentes de melhores empregos, tenderão sempre a superestimar o próprio potencial, mas qual seu valor turístico? No entanto, no interesse do sucesso da empresa, mais interessa um avaliador experimentado e realista, que não iluda a comunidade com castelos de cartas. Como qualquer empresa de pequeno porte, é decisivo que exista efetiva proteção legal para firmas menores por parte do governo central e, mais ainda, extrema união entre os membros desse porte, inclusive em rede nacional. Senão,

como enfrentar as redes e monopólios que podem se instalar ao lado dos desprovidos, possuidoras de metodologias que barateiam o custo de estadia?

- c) **Avançar em sintonia com o governo municipal.** Como todo turismo é tributário de acesso, infra-estruturas e patrimônios, chega-se à outra difícil tarefa de acordos com o poder municipal, que não pode depender da boa vontade ocasional de um prefeito que muda a cada quatro anos e sim, de um compromisso de colaboração institucionalizado pela Câmara de Vereadores;
- d) **Avaliar a aventura econômica de exploração do turismo comunitário.** Nesta proposta não se adere com espírito filantrópico, sobretudo se cidadãos de poucos recursos estão envolvidos: nesse sentido há de partir de estimativas de ganho que compensem todos os membros envolvidos. Em caso de registro formal de trabalho – firmado por qual organização? Será preciso considerar o dobro dos salários por conta dos encargos sociais. E mais: despesas com a sede (aluguel, mobiliário, contas...) pagamento de eventuais profissionais contratados etc. Ora, como existe um salário mínimo nacional, é o caso de se perguntar se vale a pena alguém trabalhar por esta reduzida quantia. Por um salário, se ganha muito mais vendendo pipoca sozinho ou engraxando sapatos. Não justificaria então, uma organização de parcerias em vista de ganhos reduzidos. Seria razoável pensar *em pelo menos três ou quatro salários mínimos na fase inicial*. E aí se coloca a pergunta cuja resposta decide se vale a pena ou não montar a empresa: *quanto deve ser o lucro geral mínimo para sustentar as despesas fixas, salários e extras?*
- e) **Organizar-se em cooperativa.** É preciso que se desenvolva o espírito senão de comunidade, pelo menos de coletividade engajada num objetivo comum: missão que depende de investimentos, habilidades, dedicação plena, fatores emocionais e conjuntura política, inclusive de Ongs ambientalistas. A experiência conhecida de todos os brasileiros é que, até em condomínios privados, onde co-habitam proprietários, costuma ser difícil chegar a consensos. Logo, a idéia de cooperativa formalizada se impõe. *Quando os receptores agem de modo atomizado, não é turismo comunitário*. Muitos lugares se autodenominam membros dessa modalidade *sem que configure uma imagem turística sedimentada conforme ideais imaginados*. É comum que no Brasil membros do MST declarem estar oferecendo turismo comunitário, *quando na realidade se trata de uma forma de engajamento político e*

social, a não ser confundida com lazer. Sem Terras, por definição, não hospedam, não alimentam, não costumam vender artesanatos;

- f) **Profissionalizar-se.** O turismo exige várias sofisticações na oferta de serviços, o que requer vários perfis profissionais em vários campos, conforme exposto no item sobre Educação Turística: conhecimento de história, geografia, ecologia, gastronomia, artes, arqueologia, animação, museologia, etc. Como enfrentar esse desafio sem importar profissionais, se é que algum grupo tem condições de importar? Como então continuar *levando a chancela de turismo comunitário com gente da terra mas desqualificada?*
- g) **Incrementar a criatividade.** É preciso que exista ou que se elejam os produtos turísticos a serem oferecidos: *bens* patrimoniais urbanos, naturais, artesanato... Na falta disso, alta dose de criatividade. No entanto, dada as condições já exploradas por todas as partes, é preciso precaver-se do lugar comum que “todo mundo” oferece: moda de viola, doces caseiros, panos de prato bordados, caboclada para contar ‘causos’, e outros mingaus. Escrevo torcendo para que essa modalidade de turismo dê certo, não para criar ilusões;
- h) **Ter capacidade de planejar.** Nenhuma organização desse tipo consegue se manter sem planejamento com pelo menos um ano de antecedência, que cubra todas as atividades previstas para as temporadas. Seja talvez este um dos maiores desafios gerenciais, posto *que o brasileiro comum é viciado em improvisações* - que no caso comprometem o valor do turismo e a imagem do lugar. Não se improvisa o que foi anunciado como produto garantido pelo *marketing*. Como se posicionar em relação aos municípios (com turismo comunitário ou não) que concorrem com melhores atrativos? A Serra da Mantiqueira é de todos os municípios que lá estão, mas nem todos sabem dela triar partido. Considero temerário que iniciativas nacionais ignorem a sociologia comparada. A Itália pensou no turismo comunitário há quase trinta anos, ensaiou, aperfeiçoou o sistema e o difundiu. O movimento começou quando o jornalista Carlo Petrini indignou-se com a existência de um Mac Donald perto do Coliseu de Roma. Fundou o conceito de “cozinha de antigamente” de feitura lenta, em oposição ao *fast food*: querer agradar todos os turistas representa grave erro; o turismo não temático se perde querendo abraçar tudo. O princípio italiano se expandiu para a qualidade urbana do lugar, elaborando um regimento oficial, ao qual outros países aderiram, a ponto de configurar uma Confederação certificada com selos de qualidade, atribuídos mediante auditorias regulares. Mais ainda, *a ideia evoluiu para o conceito de slow cities*

(Heike MAYER, & KNOX) no qual vários países tentam credenciamento (não podem ter mais de 50 mil habitantes e devem seguir as regras internacionais com absoluto rigor). Outro mais ainda: o próprio *New Urbanism*, gerado nos Estados Unidos se revigorou com as *slow cities* e hoje já conta com imensa bibliografia que quase nunca aparece nas análises brasileiras;

- i) **Ser capaz de funcionar como mini operadora.** Todos devem ser pagos em função do trabalho realizado: não se trata de uma organização filantrópica, mas de um meio profissional para se viver. Não é lugar para *bicos*. Significa que para gerir seus trâmites, *o turismo comunitário deve funcionar como uma operadora* e que, a relação com agentes externos é inevitável para o sucesso da empresa. Há muitos cidadãos que vivem do fornecimento de “pratos feitos”. Se as *galeras* estudantis se contentam com isso ou o *marmitex*, o turismo organizado rentável requer muito mais. Não é difícil concluir que, conhecendo os lugares e o perfil geral de renda dos cidadãos, pode ocorrer uma seletividade participativa por várias razões: *não pode existir turismo comunitário sem geração de riqueza* (capital inicial + lucros); qualificação profissional; existência de cooperativas muito bem geridas etc.. Para complicar, subjaz a idéia acadêmica corrente de que os lucros devem ser limitados (...) e aí é preciso saber se os participantes se contentam com dois salários mínimos e se a empresa consegue enfrentar concorrentes externos mais fortes que podem *liquidar* com a iniciativa local. E como seria então a distribuição da renda se nem todos terão a mesma carga de investimento e trabalho? A quem de repartir os lucros e segundo quais critérios? Com outras palavras, *o que o regimento do grupo prevê? Quem está habilitado a promover os produtos externamente? Como partilhar lucros com intermediários?*
- j) **Existência de linhas especiais de crédito.** Tem que existir vários investimentos, cujos sujeitos devem ser oficialmente cadastrados e recompensados. De pronto: adaptação de casas para receber hóspedes (mobiliário, lençóis, toalhas, banheiros extras etc.); chefes de cozinha e ajudantes; estoque de alimentos; gastos com organização de festas e ensaios (compra de indumentárias, elementos de decoração etc.). Um *site* constantemente atualizado e completo deve contar com um profissional muito experimentado em teoria da comunicação e, além disso, dispor de uma equipe de informantes do que vai pelo lugar ao longo do ano inteiro, para que a organização não defina. O que jamais deve acontecer é não

garantir o serviço anunciado. Amadorismo do tipo “Dona Nair não pode mais hospedar turistas porque o neto dela pegou gripe” estão definitivamente descartados.

- k) **Dispor de corpo técnico, burocrático e de sede.** Não existe grupo sem coordenação coadjuvada por assessores: de contabilidade, jurídico, difusão, relações exteriores ao município etc. – profissionais locais ou de fora... O grupo constituído precisa de um local compatível com seus objetivos, alugado ou cedido, para fins de reuniões, escritório, ensaios etc. A formalização de uma cooperativa obedece aos trâmites legais, dentre os quais, pagamento de impostos. Enfim, fica-se ainda dependendo da obtenção de crédito junto a instituições bancárias e outras (posto que a União ou Estados não possuem meios de financiar a corrida de milhares de municípios que se julgariam capazes). Ora, está claro que o turismo comunitário corresponde ao que Milton Santos (2008) denomina circuito inferior da economia, isto é, entre outras características, aquele que tem imensas dificuldades de obter financiamentos. E para se obter financiamentos é preciso dispor de projeto detalhado, Será preciso equilibrar as relações de força entre cidadãos e governantes porque aqui se instala o poder, mesmo existindo um conselho comunitário;
- l) **Elaborar regimento e registrá-lo em cartório.** O grupo reunido com o fim de praticar turismo comunitário, só passa a existir se possuir um regimento formal, discutido com os fundadores e registrado em cartório. É neste documento que se firma todos os interesses e regras em jogo. Mas é preciso considerar que a formalidade não costuma se aplicar a grupos indígenas, salvo em suas relações profissionais com o mundo exterior: isso deve ser equacionado!
- m) **Rendimentos somente para pessoas do lugar?** Nesta questão, o discurso da auto sustentabilidade não podia ser mais vago. Como assim? Todos residentes se beneficiam do trabalho de uns poucos? Ou os negócios comuns devem arcar com mais impostos além dos que a lei nacional obriga? Quem é local? Posto que a Constituição garante o ir, vir e o estacionar, qualquer cidadão tem pleno direito de usufruir de benefícios municipais. Logo, a noção de “local” começa a declinar em alta velocidade. Aliás, o próprio conceito de região se volatizou com a globalização, vista a impossibilidade de se demarcar seu contorno físico, e aí mais vale a reflexão de Milton Santos: “a região é dada pelas redes de solidariedade”. No entanto, advogo por um benefício muito mais justo e comunitário: *beneficiar o lugar com o compromisso de investimentos maciços nos fatores essenciais do desenvolvimento*

local financiado pelas taxações locais: assim todos se beneficiam. Aí se procura melhora de todas as infra-estruturas, educação, saúde, habitação: este é o maior retorno local que se pode esperar numa perspectiva de futuro. Mas ora, se tais retornos são *a priori* já definidos pelos diplomas oficiais, Carta Orgânica do Município, Constituição, etc. *por qual motivo então se inventa essa recomendação na pregação da auto-sustentabilidade?* Como ficam os que não participam da cooperativa turismo? Por que as demais iniciativas lucrativas (do supermercado, hospital particular, livraria...) não seriam também obrigadas a beneficiar os lugares, os *territórios vividos*, sem cujo reconhecimento não existe democracia? – nos termos definidos por Armand Frémont. *Sejamos claros e objetivos: o que tem de ser enfrentado é a pobreza. Não confundir estratégias com estratégias!* O Brasil paga impostos demais: é preciso questionar o destino do erário público!

- n) **Definir os aspectos culturais a serem especialmente protegidos.** O senso comum costuma revestir o vocábulo *cultura* de uma aura imaculada, irrepreensível, de atributos afeitos à boa educação, às tradições, às virtudes estéticas, à conduta civilizada, enfim a tudo que é socialmente imaginado como de alta estirpe. Sob essa ótica não existiriam contradições ou inversões de valores que, sejamos claros de uma vez por todas, também são traços culturais *y ahí te quiero ver!* Na seqüência, é oportuno perguntar: a quantas andam os valores culturais na extensão do território nacional?

Sempre recomendamos respeito à cultura local, muito bem. Mas que resposta devemos dar quando novos grupos se tornam residentes desse lugar e não acatam os bons costumes dos que lhe precederam? Terão eles essa prerrogativa? Daí que dizer amém a tudo o que possa existir numa localidade coloca reticências. Escabrosidades estão em todas as partes. De fato: até quando, ao longo de sua história, um lugar conseguiu se manter diferenciado, sem possíveis contaminações boas ou más oriundas de fora? Quem deve respeitar: empreendedores de fora? Nesse caso, conceito e verbo se reportam, necessariamente, a alguém estranho ao lugar. Ou será que o irreverente é o turista? E se o próprio residente estiver equivocado? E o que acontece com quem não respeita? Ou não será o caso de todo mundo aprender a ser educado e respeitador, em todas as partes? Então uma colônia estrangeira – chineses por exemplo – não poderia se instalar num lugar de cultura vernácula brasileira alterando os valores correntes – meditação Tao no lugar da catira ou do bate-pé?

No Brasil, o território “é regido” por normas e leis comumente dissimuladas. Ou lutamos por dignidade ou o país se afoga em sua própria hipocrisia. É justamente esse traço cínico da cultura brasileira que torna as pessoas avessas à construção de normas efetivas que possam verdadeiramente *reger* um território sem aspas. Todo território tem de possuir normas, seja ele grande ou pequeno. Mas “filosofias superiores”, como a *Lei de Gerson*, são imperturbáveis em sua torre de marfim. Podemos acreditar numa educação, sem normas chanceladas pela *família e pelas escolas*, ou ficamos com aquilo que os educadores pregam sem ter certeza de efeitos positivos? *Não existe educação ou formação que possa se alimentar culturalmente no decurso de uma visita, porque ambas consomem anos e anos.* Ou a educação de respeito vem com o turista, ou ele não a tem. Na falta disso só a lei pode talvez funcionar. *E o lugar é senhor absoluto de suas normas garantidas pela autonomia municipal.*

Sim, o turismo comunitário alardeia defender a cultura local: isso se vende muito bem para o público. Os textos que abordam tal lema, seja de autoria dos próprios grupos interessados ou de acadêmicos, insistem que é preciso contar com essa valorização. Tal pretensão pode ser colocada em dúvida: a) quando se sabe de antemão que bem poucos lugares ainda conservam nuances vernaculares, nesses quase seis mil municípios brasileiros. No entanto a cultura regional pode realmente afirmar identidades. Em revanche, não vejo nenhum impedimento em advogar que os lugares (especialmente aqueles cuja cultura se esvaiu) *inventem* atrativos que nada a tem a ver com as raízes. Criar de modo conseqüente é uma forma superior de cultura! A História esta aí a nos provar que muitas tradições foram inventadas, como bem explorou Eric Hobsbawn. Aliás, se o objetivo do grupo for garantir sua sobrevivência, há menos satisfações a serem dadas. Em nome de qual moral podemos impedi-los? b) Os casos de perversões culturais são possíveis – como em Santa Catarina na “festa boi”. Os valores do Pocotó estão presentes em todos os lugares; chegamos mesmo a eleger seu “Rei” (Tiririca) nas eleições para deputado federal de 2010, com o mais de 1,3 milhões de votos! E então, haveremos de defender qualquer modalidade de cultura? O que faremos se algumas comunidades exóticas resolverem espontaneamente praticar a extirpação de clitóris? Isso não é traço cultural?

Ainda existe cultura local ou vale garantir o que é regional? Alguns autores pretendem que as comunidades não devam passar por mudanças bruscas - com se na ausência do turismo

elas evoluíram pachorramente... O que significa ser lento? A diferença de tempo entre o Velho Mundo e as Américas é que somos obrigados a saltar etapas: enquanto os outros conheceram todos os meios de transporte até chegar ao mais moderno, nós saltamos da piroga ao avião a jato. *Slow cities (città lente*, na Itália) são opções, mas seus lucros também são lentos. Isso convém ao grupo? No que implica à comunidade, se é que os teóricos têm direito de questionar, o ritmo de mudança? Não usar automóvel? Ora, as reportagens nos mostram indígenas circulando de moto pelas selvas, com celulares que captam o mundo: já contam com várias tecnologias. Não andam mais de carro porque nas selvas fechadas não há estradas. E o que mais lhes deve ser desacelerado? Isso não entra em contradição, na medida em que nega o direito aos bens mais modernos? São questões que foram muito bem colocadas há meio século por Hughes de Varine em sua obra *La culture des autres*.

- o) **Munir-se para enfrentar a concorrência.** Como dito anteriormente, luxuosos transatlânticos europeus e americanos começaram a oferecer cruzeiros pela costa brasileira a partir de dois salários mínimos, pagáveis em dez prestações, com direito a seis refeições diárias, divertimentos e esportes a bordo. Desde então nenhuma organização turística nacional, mesmo as alternativas, pode subestimar a concorrência das grandes redes, inclusive hoteleiras, dotadas de metodologia e eficiência notáveis. Tenha-se presente que turistas não têm carteirinha nem compromisso de fidelidade que lhe induzam ao turismo comunitário: isso é de puro foro íntimo de cada um.

16 – “É indispensável consultar o povo e incluí-lo na elaboração dos projetos”

Eis a questão: incluí-lo como autor ou socialmente? Quando Milton Santos nos recomenda olhar para onde o pobre aponta, entenda-se que num esquema de participação os de menos recursos sabem perfeitamente o que é necessário para suas vidas. Os possíveis equívocos de sua participação só podem ser questionados em casos de excessos, isto é, quando a receita não permite atender todas suas reivindicações ou quando suas aspirações contrariam o interesse constitucional. Reivindicar é muito fácil, *difícil é a escolha das estratégias necessárias* e sua viabilização - competência usualmente própria de planejadores experimentados. Os governos não são eleitos para atender um único segmento social, mas a todos, conquanto a ética democrática deva privilegiar medidas que diminuam, progressivamente, a distância social.

A pergunta, inevitável de ser colocada recai na indispensável qualificação, seja na elaboração de projetos, seja em sua execução. Fica assim patente uma cisão entre entendidos e desqualificados. Essa possibilidade, que pode ocorrer em lugares de pouca expressão especializada nos leva a distinguir duas esferas de atuação: a do cotidiano e a das instituições mais afastadas, que como lembra Agnes Heller, o exercício na primeira esclarece a inevitabilidade de atuar na segunda. Já num âmbito metropolitano a participação se torna complexa demais, não só pelo porte, mas porque passa a pautar situações relativas a municípios vizinhos, que as vezes nem conhecemos: quem, senão a uma entidade com amplo conhecimento desse todo? Mesmo profissionais bem qualificados requerem reflexões profundas sobre decisões a serem tomadas. *Sugere-se assim que a participação dos menos qualificados se dê por representações camerárias* dotadas de capacidade de abstração, raciocínio de interesse social e imaginação. Pessoas ou representações devem ser qualificadas para poder participar, isto é, aliando participação com pedagogias. *Em revanche, o país já conheceu obras e obras, assinadas por ilustres doutos, que desabaram, causando mortes devidas à sua incompetência.* Diplomados também tem falhado muito, conforme se noticia frequentemente na imprensa: juízes, médicos, engenheiros. A verdade é esta: não estamos conseguindo formar profissionais em número compatível com as matrículas.

Do mesmo modo a participação em fase de projetos não pode acontecer senão no contexto de cidadãos qualificados para cada área específica. Questão decisiva: existem candidatos com o necessário perfil mínimo em qualquer *lugar*? Qual o risco de serem manipulados por governos corruptos? Como em todas as iniciativas, a inserção voltada ao mais carente costuma se limitar a habilidades físicas (construção civil, limpeza, jardinagem etc.) e são relativamente fáceis de serem treinadas mediante curto aprendizado. Mas um arquiteto ou gerente poliglota não se faz num cursinho de um mês ou dois: são formações que não podem se esquivar do tempo de um curso superior e outros de atualização e especialização, continuamente.

Inserção social imediata, sem qualificação, sem geração de riquezas? *Só se for brincando de casinha.*

A DEBILIDADE ANCESTRAL DOS AGENTES

DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Entenda-se por este tipo de cobrança, em primeiro lugar, o Ministro do Turismo e os correspondentes secretários em nível estadual e municipal, do mesmo modo que os respectivos

executivos e legislativos dos mesmos níveis. E ainda um exército de técnicos engajado em tudo que produz o espaço, orienta cultura, educação etc. São planejadores territoriais, arquitetos, urbanistas, arquitetos, geógrafos, ecólogos, restauradores, educadores e outros, sem omitir a população e seu esperado grau de civismo. Um espaço (no caso turístico) é vertiginosamente mais complexo que um hotel!

Em que valha a existência de grandes personalidades, passadas e presentes, devotadas à responsabilidade social, subsistem máculas inadmissíveis num país que por seus índices de desenvolvimento se arvora em querer dar lições para o mundo. Bem, aqui estou porque *roupa suja se lava em casa. Temos de reconhecer nossa flagrante inferioridade no trato do urbano em sua totalidade.* O desleixo profissional tem de acabar, do mesmo modo que a dupla corrupção-incompetência instalada no poder deve ser chutada para o abismo do inferno para nunca mais voltar. Para tanto é preciso que uma elite cultural e consciente denuncie as perversões pela imprensa até cansar os ouvidos dos cidadãos e das autoridades. *Mas isso não se faz sem sujar as mãos e quebrar a cara!* É o que tenho procurado divulgar em todos os meus livros, com absoluta convicção.

As construções que interessam o turismo são tantas que não podem ser separadas daquelas que constroem a territorialidade e a responsabilidade cidadã. Neste artigo ative-me, principalmente, aos equívocos e mitos que não resolvem os ideais colocados e que muitas vezes definem política equivocadas. Aliás, a explanação aqui feita, mostrando o que anda fora dos eixos, diz por si só o que tem de ser mexido, inclusive imiscuindo-se em áreas correlatas. É urgente começar, *mas com consciência e estratégias exigidas pelos tempos de reconstrução e construção.*

A lamentável ignorância do que seja *estratégia* em planejamento

Quem pretende ser planejador deve, obrigatoriamente, discernir sobre o que seja uma *estratégia*, termo originário da arte militar com o significado de vencer o inimigo – seja ele um invasor do território, a falta de educação cívica ou a falência do compromisso social. A *estratégia* equivale a uma boa hipótese de doutorado, isto é, a suposição de como resolver o problema: sua solução ou um desafio do planejamento, dependem da genialidade de se *imaginar* o melhor caminho, entre tantas possibilidades. Mas o pensamento dominante é viciado, comprometido por várias razões, inclusive ideológicas de quaisquer naturezas. Para os casos analisados sou das seguintes opiniões: 1) Ou os planejadores ignoram olímpicamente o que sejam *estratégias*; 2) Ou

sabem, mas não tem coragem de enfrentar a realidade: um projeto pode ser maravilhoso, mas sua estratégia um desastre. 3) Ou deviam largar o que estão fazendo e procurar outro emprego.

O tempo real de organização territorial

O tempo que mais conhecemos, a partir de nosso próprio cotidiano, é aquele do aqui agora, condição indispensável à vida. Mas infelizmente nos deixamos dominar pelo depressa, pelo imprevisto e o *marreta*. O depressa é aquele que tem de ser concluído em tempo de a autoridade inaugurar a ‘praça’ antes de deixar o poder, ou para garantir o país ser sede de jogos internacionais. Essa lógica resulta muito cara porque, comumente as coisas devem ser logo consertadas, refeitas, substituídas. Não foi assim que as grandes civilizações construíram suas catedrais, palácios e obras públicas de notável grandeza. Caminhando em meio a equívocos, metrópoles do mundo subdesenvolvido pagam caro demais pelo amadorismo e incompetência. Cidadãos que nascem e crescem num ambiente desvirtuado ou pervertido acabam achando seu mundo normal e assim continuam caminhando, até que tomam consciência quando visitam um país mais desenvolvido ou mesmo uma cidade que tenta ser heróica em seu próprio país. O que se pode esperar de um povo que valoriza mais tomar chope com lingüiça frita no fim do dia, do que se engajar pela causa comum – uma vez por mês que fosse? Habitamo-nos à *maciota* e confiamos demais em nossos candidatos políticos.

O tempo que desconhecemos é aquele do inerente ao bem fazer, mesmo que nos custe uma vida. Mas tal façanha só é possível na perspectiva de um pensamento menos interesseiro (esta é a expressão correta), voltado ao interesse do comum, socializante por natureza. Em duas palavras, o tempo civilizacional é incompatível com a politicagem que domina o país. Os espaços e edificações *civilizados* (é preciso perder o medo injustificável de usar este adjetivo) consomem tempo, embora menos hoje do que quando a tecnologia era menor. Aí é preciso ponderar se nos concursos de obras públicas vale sempre à pena optar pelo mais barato. Será que os leitores conservam na memória aquela cratera que de repente se abriu nas obras de uma linha do metrô paulistano? E de suas estações da Avenida Paulista cujos ladrilhos tiveram de ser repostos *três vezes* porque se desabaram devido à pressa para três inaugurações sucessivas? Terá sido incompetência ou politicagem, ou a dupla conjunta?

Sem engajamento mais contundente do cidadão comum e inclemência de cobranças das responsabilidades governamentais, não acredito que haja saída. Na falta disso, *o capital, que não perde tempo e sabe muito bem o que quer*, é que acaba dando as cartas que tanto queríamos.

Estadão de 20/7/10: O Brasil obteve o 85°. colocado no *ranking* mundial de educação e em 8°. Lugar na copa de futebol do mesmo ano. O país inteiro se enlutou com a classificação nacional, mas ninguém chorou o vexame de nosso *ranking* em educação.

NOTAS SOBRE SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO TURISMO BRASILEIRO

Como se não fosse bastasse superar mitos e equívocos, há também de se enfrentar a grave questão da violência que já se faz presente até mesmo em países europeus: dos tradicionais roubos da Itália aos assaltos que vem se manifestando na França, dentre outros lugares.

Num país com as características do Brasil, o problema da segurança e da violência no turismo remonta, antes de tudo, à *capacidade de gerenciamento total de seu território, posto que o crime seja uma constante na vida dos cidadãos*. Os lugares com densidade de frequência turística são, as vezes, apenas um pouco mais policiados e seu número absoluto em ocorrências danosas, naturalmente inferior, se deve ao baixo número de turistas em relação ao de residentes. A segurança depende não apenas do lugar turístico, como da capacidade de o turista saber se proteger – com efeito, um residente conhece muito mais astúcias de proteção devido a sua vivência local.

O cuidado total do país se impõe porque já são frequentes os chamados “arrastões”, isto é, assaltos em bloco que se manifestam em condomínios residenciais fechados, inclusive monitorados por câmeras, e também em restaurantes de categoria, frequentados por residentes e turistas. Em São Paulo registra-se um arrastão em condomínio a cada onze dias! (*Folha de São Paulo*, 25/05/2012, p. C1) Aliás, a propagação de recintos fechados, policiados é cada vez maior, fazendo do Brasil um exportador desse modelo para Portugal e Estados Unidos, dentre outros países. Tereza Caldeira, com seu clássico livro sobre condomínios é leitura obrigatória dos que se interessam pela matéria. *Shopping Centers*, Condomínios residenciais, médicos, burocráticos, clubes sociais e desportivos se contam entre as principais modalidades de autoproteção policiada ou armada, sem falar das incontáveis cancelas que fecham ruas e bolsões residenciais. As residências secundárias, em condomínio ou não, se tornaram um cobiçado alvo do roubo. A frota de polícia privada já é maior do que a oficial!

Como *a priori* não se pode esperar que o *marketing* turístico ouse divulgar os perigos que rondam o frágil turista, a solução do problema dependeria de atitudes políticas contundentes. A saber, como entre os democraticamente eleitos conta-se indizível número de políticos corruptos, muitos deles para garantia do próprio crime, fica-se num impasse. Em outras palavras, a ordem jurídica, grandemente dependente do Legislativo, age em descarado interesse próprio. Os anos recentes tem confirmado espantoso número de políticos eleitos, ou politicamente indicados, com graves processos. Na maioria dos casos são apenas impedidos de continuar no poder, e praticamente nunca presos. Prisão é prioritariamente para pobres e negros. A máxima cristã de “quem não tiver pecado que atire a primeira pedra” é exercida com total propriedade da expressão.

Algumas modalidades de turismo assinaladas neste artigo são mais suscetíveis de ocorrências criminosas dependendo do próprio ambiente em que ocorrem, a começar pelo desejado e propagado “turismo nas favelas”. Por exemplo, o chamado “turismo na favela da Rocinha”, no Rio de Janeiro, não é turismo, mas simples excursão. Como exposto antes, brasileiros não precisam se deslocar para uma favela no Rio de Janeiro porque existem em qualquer cidade. Isso só interessa a estrangeiros, especialmente de povos que temem ver favelas em seus países. As poucas favelas brasileiras que recebem excursões de turistas estão condicionadas a vários acertos de segurança e de recintos de entrada permitida sob restrições. A rigor, turistas não passam uma noite na favela, não fazem *happy hour* ou se bronzeiam sob seu sol.

Outros fatores aqui apontados - o turismo sexual e a simpatia popular - também merecem ser vistos com restrições: dependem do ambiente em que se processam. A segurança de práticas sexuais se torna arriscada: algo semelhante à já comum prática do “Boa Noite Cinderela” (dopagem do cliente sexual para ser roubado) ou ainda um abuso policial que pode terminar de modo indesejável. Grande número de policiais é corrupto.

Um dos mais graves problemas de organização do território cidadão está no fato da absoluta confusão entre o que seja público e o que seja privado, como explorei em outra obra minha (Yázigi, 2000). O antropólogo Roberto Da Matta estudou este viés desde os tempos coloniais: em casa os brasileiros tendem a ser super cidadãos - em ordem, limpeza, etc. - mas na via pública não! Veja-se a imundícies que até cidadãos de classe alta provocam nas ruas. Ademais, a falta de controle educacional das famílias, aliada à impotência das escolas, tem feito aumentar, assustadoramente, a má educação em vias públicas. Tal fato, aliado ao estresse urbano já acusa uma nova síndrome crescente: a do “Transtorno Explosivo Intermitente”, muito frequente no trânsito e que causa brigas

e agressões físicas. Companhias de seguro de automóvel, assim como o Departamento de Trânsito já fazem campanha publicitária pedindo mais educação na via pública. Por outra mão, esta mesma síndrome tem aumentado vertiginosamente o número de atropelamentos fatais. Um dano que afeta qualquer cidadão ou turista.

As cidades brasileiras são duais por definição: o “lado nobre” e o “resto”: este último, preferencialmente ocultado da visão do residente bem situado e do turista. O próprio projeto nacional de desfavelização, mediante construção de pequenos edifícios de apartamentos no próprio lugar em existia favela, tem urbanizado, prioritariamente, locais de alta visibilidade, como que poupando os olhos do transeunte. Entenda-se que essa dualidade generalizada não se refere apenas à pobreza (no Brasil há certa cerca de cinquenta mil favelas), mas também à uma feiura deprimente por negligência do poder – que não ousa impor regras construtivas a muitos bem situados. Sim, temos um povo muito educado, dependendo da circunstância em que é encontrado.

Leia-se: a liberdade de ir, vir e estacionar, prevista na Constituição brasileira, fica comprometida porque residentes ou turistas não podem circular por qualquer parte. *Poder se puede pero no te dejan.*

(*) Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – e-mail: edyaz@usp.br

BIBLIOGRAFIA

BRICMONT, Jean & SOKAL, Alan D. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós modernos*. São Paulo: Record, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FRÉMONT, Armand. *La region: espace vécu*. Paris: Flammarion, 1977

- HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- HILLMAN, James. *Cidade & Alma*. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.
- HOBBSAWN, Eric & TERENCE, Ranger. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- MALDONADO, Carlos. “O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas”, in BARTHOLO, Roberto et al. (org.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. (p. 25-44).
- MAYER, Heike & KNOX, Paul L. “Slow cities: sustainable places in a fast world”. *Journal of Urban Affairs*, vol. 28, Number 4, 2006, pages 321-334.
- ODUM, Eugene. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- SANSOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan. “Turismo de base comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro”, in BARTHOLO, Roberto et al. (org.) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, (p.142-161)
- SANTOS, Milton. *Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Flammarion, 2008
- VARINE, Hughes de. *La culture des autres*. Paris, 1976.
- YÁZIGI, Eduardo. *A pequena hotelaria e o entorno municipal*. São Paulo, editora Contexto, 2000, 95 páginas. 2^a. Edição em 2001.
- _____, *O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado & Editora Humanitas, 2000.
- _____. *Civilização urbana - planejamento e turismo. Discípulos do amanhecer*. São Paulo, Editora Contexto, 2003, 359 páginas;
- _____. *Saudades do futuro. Por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: CNPQ, 2009.

_____. *Turismo uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 2010.